

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16122 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

Escola PANC: uma experiência de formação docente para a inclusão escolar a partir do Desenho Universal para a Aprendizagem e do Modelo Social da Deficiência

Katia Bomfiglio Espíndola - UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

ESCOLA PANC:

UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO ESCOLAR A PARTIR DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM E DO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

RESUMO: A inclusão de estudantes com deficiência é um desafio para a educação brasileira. A ausência de políticas de formação docente continuada afeta a construção de práticas que contemplem a diversidade e garantam a participação e o acesso à aprendizagem. Esta pesquisa de mestrado propôs o desenvolvimento de um curso sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e o Modelo Social da Deficiência (MSD) para docentes de uma escola de ensino fundamental da rede municipal de Porto Alegre/RS. O objetivo foi conhecer e analisar as contribuições do DUA e do MSD para o entendimento sobre a deficiência, a educação inclusiva e o planejamento pedagógico. A metodologia foi a Pesquisa Intervenção Pedagógica, com dados analisados a partir da análise textual discursiva. Os referenciais teóricos foram os Estudos da Deficiência e o Desenho Universal para a Aprendizagem. A pesquisa apontou que o MSD sensibilizou os docentes sobre a identificação e remoção das barreiras dos contextos educativos, ao invés de focar na deficiência. O DUA foi percebido como uma estratégia que pode aprimorar o planejamento das aulas para todos. Os conhecimentos do curso apontaram que a educação inclusiva deve ser um projeto coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. Educação inclusiva. Desenho universal para a aprendizagem. Modelo social da deficiência. Planejamento pedagógico.

Uma escola é inclusiva quando acolhe e considera as características dos estudantes. Como professores, incluímos quando vamos ao encontro das necessidades de todos, não somente dos estudantes com deficiência. A aprendizagem é um acontecimento que se dá na interação entre as pessoas, os saberes e os contextos.

Durante um longo período na história da educação brasileira, a educação especial foi substitutiva à escolarização comum, ou seja, pessoas com deficiência estudavam em espaços separados, em escolas ou classes especiais (BRASIL, 2008). A deficiência como fenômeno

biológico e a sua gravidade eram os critérios que definiam o espaço educativo a ser frequentado.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 (BRASIL, 1990), a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) foram documentos que fomentaram a presença de estudantes com deficiência em escolas comuns. Em 1996, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, Lei nº 9.394/96), que orientou, no Artigo 59, que os sistemas de ensino deviam assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência e altas habilidades através de adequações de currículo, métodos e recursos que atendessem às especificidades desse alunado (BRASIL, 1996).

Em 2007, a ONU aprovou a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Em 2009, a Presidência da República publicou o Decreto nº 6.949, que os internalizou à Constituição Brasileira (BRASIL, 2009). Em 2008, em sintonia com a Convenção, o MEC publicou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que fomentou e teve grande impacto para o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no ensino comum.

Mesmo com os avanços das referências legais, como professora do atendimento educacional especializado de uma escola pública eu percebia duas principais problemáticas em relação à educação inclusiva: a concepção de deficiência embasada na visão biomédica e a dificuldade dos professores em planejar aulas que proporcionassem a participação de todos. Pensando em contribuir com os docentes, pesquisei alternativas e conheci o DUA. A revisão de literatura apontava a necessidade de ampliar as pesquisas sobre o DUA nas escolas brasileiras. Então, no mestrado investiguei a seguinte questão: “Como um processo formativo sobre o DUA e o MSD influencia as concepções sobre deficiência, educação inclusiva e o planejamento pedagógico de docentes do ensino fundamental de uma escola pública municipal de Porto Alegre?” .

O referencial teórico foi composto pelo campo dos Estudos da Deficiência e do Desenho Universal para a Aprendizagem. A primeira parte da fundamentação analisa as bases filosóficas e sociológicas que deram a sustentação para a criação do projeto de pesquisa. Foi analisado, desde a filosofia de Michel Foucault e de Gilles Deleuze, as configurações sociais no decorrer da história, a relação com a diferença, com a produção de normas, a instalação do pensamento judicativo e um de seus produtos, o capacitismo. Na segunda parte, foram apresentados os principais modelos teóricos de compreensão da deficiência: o modelo caritativo, o modelo biomédico e as duas gerações do modelo social. Na terceira parte, foram

abordados os princípios e as diretrizes do DUA elaborados pelo Center for Applied Special Technology (CAST). Na quarta parte, foi apresentado um panorama dos dados sobre a educação inclusiva a partir de 1994, ano da publicação da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994). Na quinta parte, foram descritos os programas federais de formação docente para a inclusão escolar a partir de 2008, ano da publicação da PNEEPEI.

A metodologia utilizada foi a da pesquisa Intervenção Pedagógica. Para Damiani *et al.* (2013, p. 58) esse método de investigação envolve

[...] o planejamento e a implementação de interferências (mudanças, inovações) – destinadas a produzir avanços, melhorias, nos processos de aprendizagem dos sujeitos que delas participam – e a posterior avaliação dos efeitos dessas interferências.

A coleta de dados se deu por meio de observação participante durante os encontros do curso de formação, análise das gravações, grupo de Whatsapp e formulários eletrônicos. A análise dos dados foi subsidiada pela análise textual discursiva proposta por Moraes (2003), que comporta três ciclos: unitarização (desconstrução textual a fim de analisar os detalhes); categorização (relacionar as unidades estabelecidas); e comunicação (elaborar metatextos a partir da combinação das unidades e suas relações).

A pesquisa teve como campo a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Judith de Macedo Araújo, que compõe a rede municipal de Porto Alegre. A escola possuía sessenta e cinco docentes (um deles com deficiência), doze funcionárias, mil e cem estudantes e, dentre estes, vinte e nove com deficiência (2,64% do total de matrículas). Todos os docentes e profissionais de apoio foram convidados para participar do curso. Dez docentes e duas profissionais de apoio se inscreveram.

As etapas desenvolvidas na pesquisa foram: Elaboração e produção do curso (conteúdos, seleção de professoras formadoras, montagem da plataforma de aprendizagem, convite, inscrição e caracterização dos participantes); desenvolvimento do curso; e avaliação.

O curso foi ofertado como atividade de extensão no Moodle da universidade. Os sete encontros síncronos foram semanais, com duração de duas horas e trataram: Ambientação; Encontro 1: Concepções da deficiência e modelo social; Encontro 2: Acessibilidade, Barreiras e Tecnologia Assistiva; Encontro 3: DUA; Encontro 4: Implementando o DUA; Encontro 5: Plantas alimentícias não convencionais (PANC); e Grupo de trabalho.

As categorias analisadas e que compuseram a discussão do trabalho foram:

concepções da deficiência e modelo social da deficiência; DUA; planejamento pedagógico e educação inclusiva.

No que se refere às concepções acerca da deficiência e o MSD os cursistas expressaram que o MSD os levou a repensar a inclusão escolar. Na perspectiva do MSD a problemática não está na deficiência, mas nas barreiras existentes na escola e no ensino. Consideraram que o MSD pode auxiliar a qualificar o planejamento pedagógico, pois nos incita a pensar em como minimizar barreiras para que todos possam participar e aprender. Outro ponto significativo foi que os docentes afirmaram ter passado a investir e exigir mais dos estudantes com deficiência ao reconhecerem que tinham uma postura caritativa e capacitista. O grupo percebeu que, mais do que modelos teóricos da deficiência, as concepções têm impacto real na vida das pessoas.

Na categoria “DUA”, os cursistas expressaram surpresa em saber que o DUA é voltado para todos, não somente para estudantes com deficiência e que faz críticas às atividades adaptadas. Conhecer o DUA suscitou a necessidade de repensar o planejamento das aulas e da escola como um todo. Para eles, o DUA deve ser uma política pedagógica coletiva. Sobre o DUA, os cursistas afirmaram que os princípios da representação (diversificação das formas de apresentar os conteúdos) e da ação e expressão (diferentes formas de interagir com os saberes e de avaliar), são mais confortáveis para eles enquanto professores. O princípio do engajamento foi pontuado como o maior desafio. Um ponto recorrente foi que o DUA destaca a importância de identificar, valorizar e contemplar as diferentes formas de acessar, interagir e demonstrar a aprendizagem, assim como auxiliar os estudantes a conhecerem os seus estilos de aprender.

Para os cursistas, o “planejamento pedagógico” é, ao mesmo tempo, individual e coletivo. Para um planejamento adequado, o grupo considera importante a identificação das barreiras, que deve ser um exercício contínuo. O problema está na configuração da escola e não nos estudantes. Avaliaram que a configuração tradicional dos tempos e dos espaços da escola não colabora com práticas inclusivas e que urge pensar em mudanças.

Na categoria “educação inclusiva” observamos transformações de conceituação. As respostas após o curso mostraram a transição de um olhar individualizado para o coletivo, colocando como responsabilidade do professor proporcionar recursos para que todos possam participar e aprender. Fazer uma educação inclusiva deve ter como base a transformação dos entendimentos sobre deficiência, ensino e aprendizagem.

Sobre a categoria “planejamento pedagógico” os cursistas apontaram que a união dos

saberes dos encontros síncrono “Tecnologia Assistiva, Barreiras e Acessibilidade”, “DUA” e “Implementando o DUA” tem grande potencial para auxiliar um planejamento para a diversidade da sala de aula.

Após os encontros síncronos os participantes elaboraram um documento denominado “Identificação das barreiras para construir a escola que queremos”, onde descreveram as barreiras que percebiam na escola onde trabalhavam, propuseram sugestões para superá-las e compartilharam com a gestão escolar. Outra produção foi a redação de uma série de ações a serem desenvolvidas na escola em prol de uma cultura inclusiva.

A partir da realização da pesquisa, podemos inferir que o desenvolvimento de práticas educativas que contemplem a diversidade humana depende do investimento contínuo em processos formativos que envolvam aspectos filosóficos, sociológicos e pedagógicos. O MSD demonstrou ter potencial de transformar as concepções acerca da deficiência (mudança conceitual) e o DUA foi percebido como um conhecimento que abre possibilidades de transformação das práticas educativas (mudança didático-metodológica). Cabe ressaltar que sabemos que a formação docente é de suma importância, mas é uma ação dentro de contexto mais amplo e que depende de uma série de fatores externos às escolas.

Uma das aprendizagens importantes do curso foi a percepção de que educação inclusiva se faz na e com a coletividade, a partir de um reconhecimento político, ético e estético da diferença. A educação se beneficia ao transitar do pensamento normativo para um pensamento pautado pela diferença.

O curso de extensão terá uma segunda edição em outubro de 2024, com vagas destinadas aos profissionais da educação das noventa e nove escolas da rede municipal. O evento será organizado em uma parceria da universidade com a associação de trabalhadores em educação da cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso: em 03 set. 2020.

BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva.

Casa Civil, Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 14 ago. 2022.

BRASIL. [LDBN] **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 03 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em: 03 set. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 out. 2021.

CAST. **Who we are: about Cast**. Massachusetts: CAST, EUA, 2023. Disponível em: <https://www.cast.org/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

CAST. **Universal design for learning guidelines version 2.2**. [S. l.]: CAST, 2018. Disponível em: <http://udlguidelines.cast.org>. Acesso em: 01 maio 2023.

DAMIANI, Magda *et al.* Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**, Pelotas, RS, n. 45, p. 57-67, maio/ago. 2013.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca-Espanha: UNESCO, 1994.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. UNESCO.